

Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas

Environmental conflicts and material and symbolical struggles

Rodrigo Nuñez VIÉGAS*

RESUMO

O presente artigo discute a questão ambiental na perspectiva do conflito social. Aqui lutas sociais envolvendo questões ambientais são consideradas como momentos da constituição de um “campo ambiental” onde se encontram em jogo as condições de apropriação material e simbólica de bases de recursos territorializados. A noção de “campo ambiental” como um campo de forças pretende exprimir a dinâmica relacional do mundo social, onde indivíduos ou grupos sociais ocupam deferentes posições num espaço social constituído por relações, nele travando embates que põem em questão a distribuição de poder tanto material como simbólico. Os conflitos ambientais instituem assim o meio ambiente como categoria em torno da qual as práticas sociais são classificadas segundo distintos níveis de legitimidade.

Palavras-chave: conflitos ambientais; luta material e simbólica; campo ambiental.

ABSTRACT

This article discusses the environmental issue from the social conflict perspective. Here, social struggles involving environmental issues are considered as moments in which an “environmental field” is built, where the conditions for material and symbolical appropriation of a territorial resource base are at stake. The “environmental field” notion conceived as a field of forces attempts to express the relational dynamics of the social world, where individuals and social groups that occupy different positions in a social space made up of relationships come into disagreements that challenge the material and symbolical distribution of power. In this way, environmental conflicts establish the environment as a category around which social practices are classified according to different legitimacy levels.

Key-words: environmental conflicts; material and symbolical struggles; environmental field.

Introdução

Um conjunto significativo de estudiosos e pesquisadores no Brasil vem tratando a temática meio ambiente, quando associada a movimentos da sociedade civil, como um elemento agregador e não conflitual.

Reacendendo o velho debate entre conflito e consenso, fala-se da “conscientização pública” quanto a questões ambientais, e do crescimento extraordinário, nas últimas décadas, de preocupações ambientais no seio de diversos setores da sociedade. Em graus diversos de integração e institucionalização, eles fariam parte de um movimento ambientalista, dentro do qual supostamente

* Sociólogo. Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro –PPGSA/UFRJ. Doutorando do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/ UFRJ; contato: mrviegas@gmail.com.

todos convergem para uma indispensável necessidade de (re)pensar as relações entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental¹. Fala-se também de ambientalismo multissetorial no qual a ótica do consenso é enfatizada, ficando a dinâmica do conflito diluída ou negligenciada; ou seja, as questões ditas ambientais são discutidas a partir de um recorte que supõe um supraclasse, no bojo do qual o ambientalismo seria unificador, a ele aderindo, como causa comum, diversos setores diferenciados. Dentro dessa perspectiva, a “consciência ecológica” seria portadora de valores e interesses universais e teria uma base social que atravessaria fronteiras de classe, sexo, raça ou nação. A consolidação ideológica e organizativa do movimento ambientalista, portanto, impulsionada pela “universalidade” do interesse pela proteção ambiental caminhará no sentido da construção de posições consensuais, já que os diversos setores dele partícipes estariam convergindo para a formulação de um diálogo em que diagnósticos comuns seriam realizados sobre os problemas definidos como ambientais.

De uma ótica inteiramente diversa desta primeira, no entanto, vêm sendo construídas outras interpretações no interior do debate no “campo ambiental”, que privilegiam, neste caso, a noção de conflito como estruturante das relações estabelecidas no âmbito de processos sociais voltados para a dimensão ambiental. No Brasil, estas vertentes vêm tomando impulso, sobretudo a partir da década de 1990, movidas por iniciativas de entidades e pesquisadores preocupados com o tema e que estão circunscritos a umas poucas instituições não-governamentais, além de alguns centros de pesquisas (aí incluídas as universidades) e representantes de movimentos sociais interessados na compreensão das lutas sociais que vêm se dando em torno da questão². No meio dessa discussão, atravessada até por órgãos formadores de opinião, muitas são as visões sobre meio ambiente, sobre a inserção dos movimentos populares no debate ambiental e sobre a própria natureza disso que vem sendo chamado de “conflito ambiental”.

Tomando como ponto de partida a assertiva segundo a qual o mundo humano é simbolicamente construído, entendemos que (ao contrário dos que defendem posições quanto a formulações consensuais e (ou) quanto à “universalidade” de valores e interesses no trato das questões ambientais) existem concepções múltiplas de natureza e (ou) meio ambiente – categoriais sociais constituídas pela sociedade e relativas ao homem. Neste sentido, a ideia de natureza, seu conteúdo e as relações que com ela os homens estabelecem são socialmente condicionadas, tornando-se a natureza, uma “natureza humanizada”, sua concepção e estrutura estando sujeitas a variações, de acordo com a maneira pela qual é apropriada simbolicamente. Isto quer dizer que diferentes significados podem ser atribuídos a uma mesma base material, de acordo com a perspectiva assumida pelos atores sociais. Ou seja, o “meio ambiente” pode ser lido como um campo de disputa estabelecido fundamentalmente no plano simbólico e o “conflito ambiental” como luta também de significações, como uma espécie particular de conflito social que envolve diferentes representações sobre meio ambiente na disputa entre outros modos de uso e apropriação, material e simbólica, de territórios.

Desse modo, entendendo que os conflitos podem ser compreendidos no contexto dos universos culturais em disputa, o propósito deste artigo é justamente entrar no debate e trabalhar concepções formuladas sobre conflitos, revisitando clássicos do pensamento social, com o fim de mapear os diversos elementos discursivos que compõem essas construções, no esforço de explicar os conflitos que se dão em torno da questão ambiental. Se essas lutas pressupõem relações de poder, como acreditamos, a ideia é investigar em que plano se dá este recorte e trabalhar a possibilidade de inclusão, para além da simples materialidade do meio, de outros elementos que incorporem na discussão os diversos projetos sociais e culturais de construção do mundo.

¹ Ver, principalmente, VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R. O ambientalismo no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: SEMINÁRIO DIRETRIZES DE AÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE NO BRASIL. *Anais...* Brasília, 1994.

² Ver, principalmente, as publicações de ACSELRAD, Henri. *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992; *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a; *Conflito social e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b. Ver também, FUKS, Mario. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro – ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

Conflito social: uma discussão conceitual

Uma releitura da produção intelectual que pretenda recuperar aspectos essenciais do conceito de conflito social impõe um retorno crítico a alguns dos pioneiros ou fundadores da teoria do conflito, na tentativa de mapear pontos de contato e principais controvérsias e, sobretudo, de verificar em que medida eles podem estar contribuindo para a discussão atual sobre a questão que se propõe aqui tratar, ou seja, a que toma o meio ambiente como objeto de luta social.

Discutir o conceito de conflito, processo que ocupa lugar essencial nas mais diversas teorias sociológicas, clássicas e contemporâneas, implica também discutir as oposições paradigmáticas aí presentes como integração e ruptura, consenso e dissenso, estabilidade e mudança, noções que correspondem a concepções diferentes de sociedade e de produção do conhecimento.

Pode-se supor, correndo o risco de uma excessiva simplificação, que os contornos mais gerais do debate atual derivam de duas grandes vertentes, elas próprias apoiadas em visões diferenciadas do mundo, formuladas ainda no século XIX. De um lado, encontraríamos uma visão conflitualista, amparada na hipótese da estruturação do espaço social em classes sociais, representadas por Saint Simon, Proudhon, Marx e autores próximos, para os quais o conflito ocupa posição central na formulação conceitual e no corpo teórico do conhecimento; de outro, a vertente a partir da qual se constituiriam as diversas concepções do individualismo metodológico, cujas interrogações sobre a gênese dos conflitos tomam como ponto de partida os comportamentos individuais e as estratégias dos agentes nos sistemas de interação³.

Construído no bojo da sociedade industrial do século XIX, o pensamento marxista, em particular, desenvolve toda uma análise sobre os mecanismos de estabilidade e de mudança da sociedade apoiado na noção de contradição e no processo de luta de classes, entendido como motor da revolução e transformação histórica do sistema capitalista. A sociedade industrial é percebida como uma totalidade contraditória e desigual, constituída por classes sociais

opostas, e no interior da qual ocorrem conflitos a partir de antagonismos e tensões criadas pelo próprio sistema. Os confrontos são estabelecidos mediante interesses opostos e representações (ideológicas) não consensuais formuladas por diferentes sujeitos sociais que polarizam as relações na sociedade. O conflito, assim configurado na sua versão clássica, constitui a luta de classes que resultaria, sob determinadas condições históricas, numa drástica e violenta ruptura revolucionária do sistema.

Com uma visão diametralmente oposta a essa, surge um outro entendimento (ou um outro paradigma) sobre a sociedade industrial emergente. Esta concepção vê o aparecimento de uma sociedade nova, que longe de apresentar pontos de ruptura, estaria experimentando uma dinâmica social nunca antes vista e, movida por ações e concorrências individuais, caminharia em direção à construção de uma maior “igualdade de condições”⁴. Os conflitos econômicos e as oposições de interesses aí encontrados participariam de sua própria dinâmica social e do processo de formação de uma nova racionalidade. Dentro deste grande corpo teórico, no interior do qual também estão presentes numerosas divergências e interpretações conflitantes (entre conservadores e progressistas, estudiosos do conflito e partidários do consenso, funcionalistas e teóricos da ação social), estariam colocados autores bem diferentes entre si, como Tocqueville, Weber, Pareto e Simmel. Não obstante, todos convergem para uma concepção de sociedade que supõe o primado das determinações individuais e das oportunidades iguais para todos, fundamentos da modernidade e da democracia liberal, princípios que permitiram tanto a construção do capitalismo do século XIX quanto a de um determinado (e novo) tipo de Estado nacional. A perspectiva weberiana da ação social que, em vários aspectos, é situada na origem do individualismo metodológico, evita exercícios intelectuais com base em contradições socioeconômicas. Sua metodologia circunscreve o domínio da Sociologia à ação e às relações sociais, formas de interação entre atores dotados de intencionalidade. O conflito, inerente ao mundo social, torna-se um conceito aplicável a todo o sistema: trata-se de uma relação social na medida em que a atividade é orientada pela intenção de fazer triunfar a própria vontade

³ ANSART, Pierre. *Les sociologies contemporaines*. Paris: Éditions du Seuil/PUF, 1990.

⁴ Essa é a lógica que dá sustentação às formulações de Alexis de Tocqueville, cujas preocupações estavam centradas, desde meados do século XIX, nos princípios organizativos da “democracia na América”. Ver ANSART, P. *Op. cit.*, p 8-9.

contra a resistência de outro(s). Em resumo, o paradigma individualista concentra suas interrogações sobre as atitudes e representações dos agentes, sobre os sistemas de interação no âmbito dos quais se situam, e sobre as estratégias elaboradas pelos atores diante de situações conflitivas; recusa, por esta via, quaisquer ideias que pretendam fazer dos conflitos, particularmente do que se entendia por luta de classes, uma espécie de lei da história.

Inspirado na perspectiva relacional proposta por Weber, Simmel elabora uma teoria sociológica do conflito que vem a se tornar clássica no âmbito do que se costuma chamar de sociologia da ação. Sublinhando a funcionalidade do conflito e interpretando-o de maneira positiva, Simmel o considera uma forma de sociação, um processo que “resolve” tensões e dualismos divergentes, conferindo solidariedade e coesão à vida social⁵. Entende que a sociedade, para alcançar determinada configuração, deve resultar de tendências favoráveis e desfavoráveis, de competição e associação, ambas categorias de interação consideradas como inteiramente positivas: o que aparece inicialmente como dissociativo é, na verdade, uma forma de associação, já que a totalidade abrange tanto relações unitárias quanto relações duais. Simmel vai além e, sempre tomando como ponto de partida o exame dos comportamentos e motivações individuais, enfatiza o papel do conflito para a obtenção da harmonia e do equilíbrio social. Segundo ele, em diversos exemplos históricos, a unidade, embora se origine no conflito e com propósitos de conflito mantém-se para além do período de luta, a importância do conflito, então, consistindo na articulação e manutenção da unidade, portanto essencial à vida do grupo e à sua continuidade. O pano de fundo deste tipo de interpretação, que inclusive acentua o aspecto “salutar” da violência, é a ideia de que as mudanças rápidas proporcionadas pelos conflitos trariam no seu bojo progresso e desenvolvimento social. Assim, Simmel inscreve seu nome junto aos formuladores da teoria do conflito, inspirando autores que dão sequência aos seus escritos (Lewis Coser, por exemplo⁶), e que, pretendendo reforçá-los, acabam caminhando ao encontro de uma perspectiva integradora e de um funcionamento à maneira de Parsons.

Posteriormente, com uma visão bastante diferente da weberiana, outros autores vão rejeitar a determinação das estruturas e retomar a discussão sobre o papel dos atores como sujeitos da ação. Refiro-me particularmente a Alain Touraine que, em sua análise da sociedade contemporânea, insiste na noção de conflito, tomando-o como elemento essencial no âmbito de uma concepção dinâmica das organizações sociais. Para Touraine, é o conflito que constitui e organiza o ator⁷. O sujeito da ação, no entanto, é coletivo, movimento social politicamente alinhado, e definido no que chama de “campo de ação histórica”. A sociedade é uma “rede de oposições” e o conflito, relação assimétrica entre os atores, é, fundamentalmente, uma relação de dominação e de sua orientação histórica. A historicidade, conceito sobre o qual repousa o pensamento de Touraine, consistiria na capacidade da sociedade de agir sobre si mesma, de imprimir uma orientação à ação histórica; é ela, a historicidade que dá sentido às relações sociais, unicamente a partir das quais podem ser definidas as classes sociais.

Os conflitos expressam, dessa forma, a resistência das classes populares à tentativa das classes dirigentes em exercer o monopólio da historicidade, com a imposição de seu modo de agir sobre a organização social, sobre suas práticas sociais e culturais. Como diz Pierre Ansart (1990), interpretando Touraine, “a classe dirigente se apropria da orientação social, se identifica à historicidade e, na realidade, identifica a historicidade a seus interesses” (ANSART, 1990, p. 122-123).

Touraine vê a sociedade não em sua estrutura, mas em sua dinâmica, em seu movimento histórico. Daí as classes serem entendidas como sujeitos históricos em ação, as lutas de classes representando uma resistência à apropriação, pela classe dominante, desta dinâmica social. Como sistema de ação histórica, a sociedade pós-industrial é marcada por uma multiplicidade de tensões e oposições, variadas e difusas. E os conflitos, em seus diversos formatos (conflitos raciais, conflitos de terras, conflitos ideológicos, entre muitos), são a manifestação de uma oposição (em múltiplas faces) ao controle social e político da historicidade e das orientações culturais, exercido de acordo com um dado “modelo cultural”.

⁵ SIMMEL, G. The sociological nature of conflict. In: *Conflict & The web of group-affiliations*. New York: The Free Press, 1964.

⁶ COSER, Lewis. *Continuities in the study of social conflict*. New York: The Free Press/Collier-Macmillan, 1967. 272p.

⁷ TOURAINE, Alain. *Production de la société*. Paris: Éditions du Seuil, 1973. p. 347-89.

Também para Pierre Bourdieu os conflitos constituem uma dimensão permanente das práticas sociais. São, porém, de acordo com a sua perspectiva, o efeito da estruturação do “espaço social” em diferentes classes sociais⁸. Bourdieu trabalha com a noção de construções sociais e com o peso que têm as representações e o poder simbólico nas relações sociais. Objetivando demonstrar que as escolhas que os agentes sociais operam nos mais diferentes domínios da sua prática são, elas mesmas, caracterizadas relacionalmente, ou seja, tendo em vista a relação entre as posições que os diferentes grupos ocupam no espaço social, o autor construiu um arcabouço teórico que articula as diferentes categorias de percepção do mundo às proximidades e distâncias que os grupos sociais mantêm entre si no espaço social, que depende do capital econômico possuído, mas também do capital cultural de cada grupo. Nesse sentido, de acordo com a perspectiva de Bourdieu, os agentes em conflito estariam distribuídos, numa primeira dimensão, segundo o volume global de capital que possuem sob suas diferentes espécies, e numa segunda, de acordo com a estrutura do seu capital, ou seja, de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital social, econômico e cultural, no volume total de seu capital.

Para Bourdieu, a diferença está em toda parte⁹, e a cada classe de posições corresponderia um conjunto de “habitus”, gostos, estilos de comportamentos, resultantes de condicionantes sociais associados à posição ocupada pela classe no espaço social; por sua vez, como as posições das quais são o produto, os “habitus” são diferenciados, mas também são operadores de distinções. O mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a construir no interior do espaço social, onde se dá o embate entre diferentes posições sociais, munidas de volumes diferenciados de capital global; a posição ocupada no espaço social (noção que encerra o princípio de uma apreensão relacional do mundo social) é que comanda as representações deste espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou para transformá-lo. Com esta noção, Bourdieu sublinha a diferenciação social, geradora de antagonismos e de confrontos coletivos entre agentes situados em posições diferentes no espaço social,

concebido como um sistema multidimensional. Escapando, portanto, da clássica dicotomia, que opõe apenas capital e trabalho, na análise das classes, Bourdieu dá ênfase a relações mais amplas que se dão num espaço social de múltiplas dimensões, no qual são travadas lutas materiais e simbólicas, elas próprias desenvolvidas em diferentes campos de força, no interior dos quais se confrontam diversas representações do mundo social.

É importante chamar a atenção para o fato de que o reconhecimento da realidade das classes implica o reconhecimento da existência de uma dominação de classe. A Dominação se estabelece, segundo Bourdieu, fundamentalmente no campo simbólico. É esse processo simbólico, como poder de construção da realidade social, que estabelece uma ordem e um sentido o mundo. Entendendo sistemas simbólicos como estruturas estruturantes e instrumentos de dominação, Bourdieu trabalha com construções sociais, na perspectiva da estrutura que constrói é simultaneamente construída. Em seu pensamento, são as representações e os sistemas simbólicos, instrumentos de conhecimento e de comunicação, que conferem sentido a relações sociais e exercem o poder de construção da realidade. Poder simbólico como poder invisível que só pode ser exercido com o reconhecimento e consentimento daqueles que lhe estão sujeitos e que depende da crença na legitimidade de seu exercício. São os símbolos que permitem a integração social, possibilitam o consenso com respeito a significados e contribuem para a reprodução da ordem social. A partir desta compreensão, entende-se que é a cultura dominante que opera e legitima as distinções, definindo posições sociais, subculturas e sistemas simbólicos, obrigando dominados a se definirem sempre em referência à distância que mantêm em relação à cultura dominante. Os sistemas simbólicos, por sua vez, instrumentos de imposição ou de legitimação, reforçam as relações de força (políticas e econômicas) que fundamentam a dominação de uma classe sobre a outra. Há uma luta simbólica entre as diferentes classes e frações de classes, cada qual procurando impor sua própria definição de mundo, assim contribuindo para a reprodução social e para reforçar (ou enfraquecer) a crença na legitimidade

⁸ BOURDIEU, Pierre. Espace social et espace symbolique. In: *Raison Pratique*. Paris: Éditions du Seuil, 1994. Para o autor, o espaço social é um espaço de diferenças, no qual as classes sociais existem em uma espécie de estado virtual, não como dado, mas como algo que está em vias de se fazer, de ser construído.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, 1994

da dominação de classe. O poder simbólico, portanto, é definido por uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que a ele se submetem, sua força residindo na crença produzida e reproduzida no próprio campo em que se estruturam essas relações.

O meio ambiente construído como representação

A incorporação da dimensão cultural na discussão das relações entre homem, sociedade e natureza e, particularmente, do “conflito ambiental” como objeto de conhecimento faz-se mister. A intenção é enfatizar a força constitutiva dos significados culturais, desmontando convicções de que constituem simples reflexos da base material. Valores e crenças são, eles mesmos, forças materiais que mobilizam a ação, organizam massas humanas, formam identidades sociais e criam o terreno sobre o qual os homens se movem, forjam consciência, lutam por direitos. Práticas, representações, costumes, linguagens, por conseguinte, ordenam a sociabilidade e fazem história.

O termo meio ambiente, tema que ora nos ocupa, vem sendo associado hoje a uma longa lista de sentidos e preocupações, que variam desde conceitos formulados pela ecologia científica até aqueles relacionados a concepções éticas ou morais (para as quais tem peso formulações como “respeito e harmonia com os seres vivos” e “equilíbrio e preservação da natureza”), passando por posicionamentos político-sociais no âmbito dos quais estão presentes preocupações com a equidade, com a participação coletiva e a democratização das decisões.

Nem sempre foi assim. A categoria meio ambiente, portadora de uma indeterminação conceitual que por vezes dificulta a própria construção do campo, resulta de uma aproximação – cujos contornos somente são elaborados na segunda metade do século XX – à ideia de natureza, construção social também de grande plasticidade. Vista durante séculos como matéria-prima, depositária de recursos para atividades econômicas, fonte de elementos nutricionais

ou território selvagem, a natureza passa a ser cultuada e lida como paisagem pela sociedade europeia localizada entre os séculos XVI e XVIII, impulsionada inicialmente pelo olhar estético de então¹⁰. A redescoberta da natureza como paisagem, tornada cenário, com lembranças e metáforas, significou uma mudança nas formas tradicionais pelas quais o “mundo natural” vinha simbolicamente apropriado.

Será preciso transcorrer mais de um século para que conjuntos de elementos que compõem determinadas formações naturais – como campo, montanha, mar, florestas, bosques – venham a ser lidos como meio ambiente. A “natureza” se tornou “meio ambiente” como resultado dos confrontos estabelecidos a partir de múltiplas formas pelas quais foi sendo apropriada, formas estas, por sua vez, decorrente das lutas simbólicas e de significações prevalentes em cada contexto sociopolítico. E passou a ser enxergada por mais de uma lente: não apenas como depositária de recursos econômicos ou destinada ao consumo estético ou terapêutico sob a forma de paisagem, mas detentora de um novo atributo: a “fragilidade”, a “vulnerabilidade”. Torna-se um espaço culturalmente definido, cuja durabilidade é preciso garantir.

A substituição da leitura estética do espaço natural por um modelo ecológico, de preservação ou conservação, reforça o argumento com o qual a natureza não é independente da história de cada formação social, nem anterior à cultura. A hegemonia paisagística clássica de beleza natural é desconstruída e reconstruída simbolicamente como meio ambiente, por sujeitos que não mais se veem como observadores distanciados do objeto observado: são sujeitos formuladores de usos e formas de apropriação e gestão do mundo natural (construído como cultura), cujo “equilíbrio” vai depender, necessariamente, de um equilíbrio de forças estabelecido pelas relações sociais e políticas entre os homens. É no âmbito desta perspectiva relacional, em que sociedade e meio ambiente são mediados por representações simbólicas, que a “gestão paisagística” cede espaço para uma “gestão ambiental”.

A retórica da proteção ao meio ambiente e da conservação e defesa da natureza são elementos que passam a servir como recursos discursivos em processos

¹⁰ São numerosas as obras consagradas à relação entre natureza e produção artística (sobretudo pictural e literária) e às significações (que passam a definir hábitos e comportamentos) conferidas à paisagem natural em diversas épocas e lugares. Menciono, especificamente, WILLIANS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia. Das letras, 1989; CORBIN, Alain. *O território do vazio – a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia. Das letras, 1989; ROGER, Alain. *Court traité du paysage*. Paris: Gallimard, 1997; SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia. Das letras, 1996.

de reestruturação do espaço e reordenamento dos usos – constroem-se novas lógicas socioespaciais, com o fim de redefinir novas territorialidades. A observação ecológica e as preocupações ambientalistas fundam a necessidade de uma política de conservação da natureza (para o cumprimento de funções ecossistêmicas, estéticas e científicas) e defendem a legitimidade de uma intervenção, com base na ideia de preservação de um patrimônio cultural. O mesmo princípio cultural que lia a natureza como bela paisagem, fundada pelo olhar estético, orienta, desta feita, a criação e conservação de lugares especiais, em nome da preservação de espécies ameaçadas e no âmbito de um processo de gestão, para o qual a ciência se torna auxiliar constantes. Formações naturais socialmente pouco valorizadas em momentos anteriores (como dunas, brejos, mangues e restingas) são defendidas veementemente por ambientalistas, biólogos, ecólogos, alguns dos quais, no limite, pretendem sua museificação para fins científicos. O meio ambiente, ao deixar de ser categoria estética, se torna ecossistema e, sobretudo em alguns elementos do campo ambiental, é patrimonializado – tornado patrimônio genético, mote para a discussão sobre biodiversidade – estabelecendo mais uma polêmica da qual não estão ausentes elementos sociais, políticos e simbólicos – sempre indissociáveis das relações entre sociedade e natureza.

Essa é uma leitura hegemônica, a do discurso autorizado, realizada por agentes detentores dos recursos políticos e simbólicos que permitem tornar visíveis suas representações. O mundo material, porém, é significado de uma infinidade de outras formas, por indivíduos e grupos ancorados em diferentes modos de viver, ver e sentir, estruturas de percepção e de atribuição de sentidos, histórica e coletivamente construídos. O que para uns é espaço de rituais e crenças, para outros é território de caça, como prática esportiva; a floresta sacralizada por uns pela diversidade de espécies raras que contém, é fonte de calor, sob a forma de lenha para outros; o mesmo curso d'água que fornece alimento para as populações ribeirinhas é recurso energético para atividades industriais; a praia tornada cenário de eventos culturais ou espaço de lazer é lugar de memória e de esperança de retorno para famílias de pescadores.

A construção do campo ambiental se dá, portanto, numa dimensão em que a diversidade de entendimentos culturais é evidente, tanto quanto a desigualdade social, presentes até na visibilização de representações

e significados. Atores ou sujeitos circunstancialmente hegemônicos acabam por trabalhar num terreno material e simbólico que não escolheram. Neste contexto relacional, meio ambiente se torna uma expressão particular de uma luta classificatória que, ultrapassando o campo especificamente ambiental, reforça um formato de construção de mundo que legitima a permanência de desigualdades econômicas, políticas e simbólicas.

A questão do significado, neste caso, não é técnica, nem biótica, como querem alguns: é política e simbólica. Trata-se de uma disputa de poder no campo das representações, de uma luta classificatória que, sobretudo ao colocar a questão em torno do *porquê* e do *para quem* deve ser o “meio ambiente” preservado, redimensiona significações, desvela mecanismos e instrumentos, e introduz uma lógica que leva à discussão dos critérios que definem formas de apropriação e acesso a recursos, bem como dos arranjos de poder eventualmente por trás de decisões meramente administrativas.

Conflito ambiental e luta simbólica

Há uma enorme diversidade de significados e motivações a orientar atores sociais em direção a lutas ditas ambientais. Desde logo, no entanto, é preciso admitir que conceitos e expressões presentes no debate ambiental são frequentemente utilizados com acepções diversas. A própria “questão ambiental” aparece de forma confusa, tanto no interior de discursos de sujeitos coletivos quanto em conceitos enunciados pelos autores dedicados à temática. A ideia de “questão ambiental” parece estar referida, em grande parte dos trabalhos destes últimos, ao conjunto da discussão sobre meio ambiente, envolvendo os conflitos, as lutas, os problemas ambientais e o próprio debate teórico-conceitual-metodológico estabelecido em torno do meio ambiente, aí incluindo as diversas visões a respeito de temas como escassez, apropriação de recursos, etc. Para muitos, “questão ambiental” relaciona-se ao conjunto de polêmicas estabelecidas diante de formas diferenciadas de apropriação de recursos e elementos do mundo material, materializando-se, no seu bojo, múltiplos processos de exclusão e de reprodução de desigualdades sociais. Sejam quais forem os significados que envolvem o que se convencionou chamar de “questão ambiental”, vale a pena ressaltar que esta acaba sempre entrelaçada com a

“questão social”, da mesma forma em que o meio ambiente encontra-se intrinsecamente conectado a sociedade. Como bem afirma Acselrad (2004a, p.15), existe uma impossibilidade de separar sociedade e meio ambiente, pois “trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados. Os objetos que constituem o ‘ambiente’ não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois eles são culturais e históricos”. Objetos, práticas e sentidos interagem e conectam-se material e socialmente através de água, solo e atmosfera, e, por esse caráter indissociável de sociedade e ambiente, a reprodução da sociedade se constitui num projeto social e ecológico ao mesmo tempo. No processo de sua reprodução, as sociedades se confrontam com diferentes projetos de uso e significação de seus recursos, o que significa admitir que a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora isso não sempre seja reconhecido.

A noção de “problema ambiental” parece ter um caráter mais restritivo e pontual. Afinal, alterações no meio ambiente somente se tornam problemas ambientais em processos sociais em que sujeitos coletivos as definem como tais. E são muitos os agentes que participam na definição de problemas ambientais e (ou) da construção da “questão ambiental” como um dos dilemas contemporâneos que tem mobilizado coletivamente e suscitado a eclosão de inúmeras lutas ambientais: pesquisadores, movimento ambientalista, comunidades rurais, políticos, cidadãos, corpo público de tomadores de decisão, órgãos formadores de opinião. A aspreza do tratamento conceitual, contudo, não está na construção do problema – sabidamente sempre efetuada no âmbito de um processo histórico e no espaço da disputa de hegemonia – mas na sua construção como ambiental.

Depara-se, pois, com uma das dificuldades principais de toda essa discussão, justamente a inespecificidade do conceito: afinal, o que é ambiental? Palavras e conceitos são representações e, ao fazerem parte de um discurso

que domina amplamente o campo, evidenciam a tensão já apontada por Chartier¹¹ sobre a simultânea “construção discursiva do mundo e a construção social dos discursos”. Entende-se “meio ambiente” como uma noção construída no processo de luta e constituição de sujeitos políticos e que, como está referida a um dado recorte cultural, pode redefinir a própria qualidade da luta. São as classificações efetuadas pelos homens que, não sendo neutras, ordenam o social e, dando-lhe sentido, tornam inteligível o espaço a ser desvendado¹². E, se os discursos são enunciados a partir de posições diferenciadas no espaço social, sujeitos politicamente constituídos buscam, cada qual, legitimar socialmente as próprias representações de meio ambiente, na tentativa de consolidar a respectiva forma de apropriação e uso de recursos territorializados em disputa. Esta luta de representações é muito bem trabalhada por Fabiani em *L’opposition a la chasse et l’affrontement des représentations de la nature*¹³. O autor discute representações da atividade da caça, elas mesmas referenciadas a diferentes práticas sociais que remetem a definições diversas de natureza e de seu uso e apropriação. No plano das representações existe uma luta social para conferir legitimidade à caça esportiva em detrimento da caça camponesa, utilitária, “interessada” e socialmente estigmatizada. O argumento utilizado é a manutenção ou restabelecimento do “equilíbrio natural”, supostamente garantido pela caça esportiva, apresentada como atividade racional, como lazer sadio e fundado sobre um modo de apropriação estética da natureza. Ou seja, é o discurso ambiental que articula a luta social. O recorte da luta contra ou a favor da caça é, neste caso, simbólico, as alianças construindo-se em torno de representações alternativas de natureza e meio ambiente.

Assim, em muitos casos, a novidade não são os problemas¹⁴. A novidade é que no final da década de 1970 e no início dos anos 80, passam a ser lidos como ambientais velhos problemas que até então não eram lidos como tal,

¹¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre prática e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

¹² CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, p.17.

¹³ FABIANI, J. L. *L’opposition a la chasse et l’affrontement des représentations de la nature*. In: *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Paris, p. 81-84, 1983.

¹⁴ FUKS, M. faz referência, em seu livro *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, ao debate entre as correntes do construtivismo no campo da sociologia dos problemas sociais, aproximando-se daquela que leva em consideração a dimensão contextual. Chama atenção para a importância de fatores culturais e estruturais e, situando a definição de problemas sociais dentro de um determinado contexto, aponta para a relevância das intervenções simbólicas no âmbito da vida social. De acordo com Fuks, “a reformulação da sociologia dos problemas sociais envolve o deslocamento do foco de análise, das chamadas ‘condições objetivas’ para o processo de reconhecimento ‘subjetivo’ que conduz à sua definição enquanto problema social”. Assim, uma “condição objetiva” constitui problema social desde que um certo ator a enuncie como tal.

bem como são tratados como novos problemas aqueles relacionados à duração da base material da sociedade. Aproximadamente na mesma época, outras situações de conflito começam a se configurar, estas fazendo referência a processos globais, planetários, a partir dos quais o futuro das novas gerações poderia estar sendo ameaçado; surge a questão da interatividade à distância, mencionam-se processos biofísicos e preocupações com fenômenos de ecologia global como efeito estufa, buraco na camada de ozônio e biodiversidade. A questão estará posta e, a partir daí, começará a fazer parte do “mercado político”.

O campo ambiental como campo de luta

As considerações acima apresentadas foram necessárias, em primeiro lugar, para tornar evidente o fato de que ideias, conceitos, noções referentes a meio ambiente e natureza, seu uso e apropriação, vêm assumindo significados muito diversos, quer no âmbito do que se convencionou chamar literatura especializada (os “peritos” profissionais a que se refere Bourdieu ou os “savants”, dos quais fala Fabiani), quer no interior de movimentos sociais que se vêm constituindo politicamente em contraposição ao modelo de desenvolvimento dominante.

Por outro lado, é importante chamar a atenção para o processo de construção daquilo que podemos denominar campo ambiental, no interior do qual noções são inventadas, ancoradas em lógicas que eventualmente estão hegemônicas as relações de forças deste mesmo campo.

A noção de campo aqui utilizada, por certo, está tomada no sentido conferido por Bourdieu a campo de forças, isto é, um espaço social onde se constituem relações de concorrência e disputa de poder entre agentes nele situados. O significado da noção de “campo”, por conseguinte, é apreendido a partir de uma perspectiva relacional do mundo social – indivíduos ou grupos ocupam

posições relativas num espaço de relações e travam embates, cada qual com possibilidades diferenciadas sobre o mundo material e simbólico. As posições ocupadas no espaço social são relativas porque definidas umas com relação às outras, de acordo com os respectivos volumes de poder que possuem¹⁵.

O campo ambiental, tal como os campos jurídico e político definidos por Bourdieu, constitui-se também em um espaço social de diferenciações, onde são travadas lutas de poder e lutas simbólicas, no bojo das quais agentes se esforçam para manter ou para transformar a estrutura das relações existentes no campo, legitimando ou deslegitimando práticas sociais ou culturais. No interior deste espaço de posições ligadas por relações de força específicas, os indivíduos estão dispostos de acordo com estruturas desiguais de acesso, uso, apropriação, distribuição e controle sobre os territórios e sobre o conjunto de recursos materiais e simbólicos. As mencionadas relações de força entre os agentes se estabelecem a partir de volumes diferenciados de poder (ou “capital”) que lhes facultam um *quantum* específico de possibilidades de ganho nos embates que se verificam no campo. Seria um equívoco não levar em consideração a importância do poder derivado da posse de “capital material”, mas equivocadamente, do mesmo modo, atribuir a ele papel determinante (ou determinístico) para a constituição da estrutura do campo de forças. Há todo um conjunto de representações e significados (também em disputa) que ordenam e constroem o mundo e que obedecem a uma dinâmica, por sua vez subordinada aos diferentes esquemas coletivos de percepção, configurando diversas formas culturais de apreensão do mundo material. São estas lógicas culturais em disputa que instituem os conflitos no campo ambiental: lutas em torno de formas diferenciadas de apropriação e uso materiais territorializados, ancorados em significados também diversos atribuídos a estes mesmos recursos.

A luta entre os agentes diferentemente posicionados no campo estará relacionada à capacidade de cada qual em

¹⁵ A noção de campo construída por Bourdieu para, como ele mesmo diz, “orientar as práticas da pesquisa”, é desenvolvida e explicitada em diversas de suas obras, e por ele aplicada para analisar as relações sociopolíticas inerentes ao campo jurídico, ao campo universitário e ao campo político, propriamente dito, este referenciado à estrutura político-partidária constituída para a disputa do poder público. A ênfase no “pensar relacionalmente” e no princípio segundo o qual o “real é relacional” faz parte do esforço para romper com um modo de pensamento substancialista, que privilegia unidades pré-construídas, representadas por categorias como “velhos”, “imigrantes”, “jovens do subúrbio” e até classes sociais. A análise relacional viria, assim, responder à necessidade de pensar a diferenciação social bem como a diferenciação de poder como constituída no interior de um espaço de relações. Ver BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 e BOURDIEU, P. “Espace social et espace symbolique” In: *Raison Pratique*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

fazer com que suas respectivas representações e crenças, neste caso com respeito ao uso de recursos “ambientais”, sejam reconhecidas como legítimas, a disputa transporta-se, então, para o campo do simbólico. Significa dizer que o conflito ambiental se desenvolve, por um lado, no plano da distribuição do poder, em que os diferentes tipos de capital (social, econômico e político propriamente dito) constituem trunfos, com pesos relativos no espaço social onde se configuram as relações de hegemonia e dominação; por outro lado, o conflito se estabelece no plano simbólico, sendo colocadas em discussão categorias, representações, crenças e esquemas classificatórios que estruturam e legitimam as ditas relações de poder. Os agentes estão armados de modo muito desigual nesse processo, e os próprios esquemas de percepção, avaliação e classificação, principalmente aqueles ancorados na linguagem, resultam de lutas simbólicas anteriores e exprimem o estado das relações de força simbólicas. Para Bourdieu, as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações.

O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo (BOURDIEU, 1989, p.142).

Ao serem instituídas como senso comum, ou como suposto consenso, as categorias fazem existir formas específicas de poder político e, na medida em que são incorporadas ao discurso, garantem vantagens (ou consolidam desvantagens) aos grupos em disputa no campo – são as categorias de percepção legitimadas, depositárias de valores e crenças sedimentadas no espaço social que dão poder simbólico àqueles que delas se apropriam.

Acionar a noção de “meio ambiente” no contexto da luta por apropriação dos recursos territorializados significa buscar alterar os critérios de legitimidade com base nos quais estão estruturadas as relações de poder sobre estes recursos. Aqui o discurso contribui para estruturar ou

desestruturar relações de força, e reconstrói o mundo. O campo ambiental se configura, assim, como um espaço dinâmico de formulação de esquemas classificatórios: ideias como “predatório”, “poluição”, “degradação”, “sustentável”, “preservação”, são categorias para o centro da luta por critérios a partir dos quais se legitimam práticas, atividades e estruturas de poder estabelecidas sobre o mundo material e simbólico.

Nesse processo de luta simbólica, no bojo da qual os discursos proferidos estão sempre relacionados à posição dos que os utilizam, os agentes lançam mão de diversas estratégias práticas e simbólicas; muitas delas consistem em procurar obter a aquiescência do ponto de vista do discurso autorizado, ou seja, tanto dos detentores de títulos acadêmicos, especialistas de prestígio ou consultores “ambientais”, quanto dos mandatários do Estado, este último o detentor do monopólio da violência simbólica legítima. No confronto, argumentos são antepostos e “contradiscursos” são elaborados, subvertendo (ou invertendo) significados e valores, recolocando polêmicas. São inúmeros os exemplos de estudos sobre situações conflitivas no campo ambiental em que discursos “especializados” articulam as lutas no campo simbólico.

Fabiani sublinha o caráter conflitivo do processo de construção do campo ambiental, enfatizando a dimensão simbólica dos confrontos e discutindo as diferentes estratégias de atuação e os esquemas discursivos utilizados pelos agentes. No já citado texto sobre o conflito sobre a caça¹⁶, o autor mostra a elaboração social que existe sob argumentos esgrimidos ora para legitimar, ora para deslegitimar a atividade. Descreve três maneiras diferentes de “ver” e significar a natureza, presentes na disputa entre diferentes formas sociais de caça: a primeira, que a vê de uma forma “interessada” ou “utilitária”, a natureza sendo um depositário de recursos, situação em que se sobressai uma perspectiva de cunho mais econômico; a segunda, para a qual a natureza é cenário de uma atividade “nobre” e tradicional (a caça esportiva), de respeito às regras do jogo e ao equilíbrio natural; e a terceira, a dos ecologistas preservacionistas, que combatem qualquer tipo de caça, vendo a natureza como princípio estético.

A discussão desse direito volta à baila, retomada por movimentos ecológicos em nome de uma ciência ou

¹⁶ FABIANI, J.L. *Op. cit.*, 1983.

estética ecológica. Recursos “científicos” são utilizados por cada um dos lados em confronto e Fabiani identifica uma tendência à estigmatização da caça camponesa como “primitiva”, “predadora” e preocupada com o “lucro”. Assim, no centro da polêmica estão elaborações sociais sobre os modos de consumo da natureza (reservatório de recursos ou local de lazer?), distinguindo-se, entre vários tipos de opositores à caça, desde os que querem desfrutar da natureza como paisagem (um tipo de consumo estético) até os que nutrem por ela um sentimento quase religioso, pretendendo suprimir a caça.

O texto de Fabiani é importante pela forma como o autor tece seu argumento, caracterizando as representações de cada grupo envolvido na discussão sobre legitimidade ou não da prática da caça; dirige uma crítica forte aos ecologistas “eruditos” ou “científicos”, cujas formulações (contraditórias, em alguns aspectos) acabam por estimular gestões – e gestores – meramente burocráticos do meio ambiente. Todo tempo as representações são apresentadas de forma circunscrita a um meio cultural, embora não estejam descuidadas as diferenças de origem de classe de atores dos movimentos sociais, elas próprias definidoras de *habitus*. Essas diferenças contribuiriam para compor uma variedade de construções simbólicas sobre práticas sociais e, portanto, também para definir formatos de relações a serem estabelecidas com a natureza.

Outra análise que desvela o elemento simbólico contido na luta política instituída no campo ambiental (e que lhe dá substância e sentido) é a que está no texto de Alfredo Wagner de Almeida, “A guerra dos mapas”¹⁷, que mostra como a confecção do mapa de uma região a partir das representações e das subjetividades de comunidades locais pode colidir com a lógica que orienta a elaboração do mapa original. Almeida chama a atenção para as estratégias de poder subjacentes a este aparentemente “neutro” instrumento de ação do Estado. A representação cartográfica oficial do território, no caso, constitui parte de um complexo conjunto de mecanismos de controle social e, ao identificar “vocações econômicas”, deixa transparecer a lógica empresarial que dá sentido ao mapa e assegura, legitimando, a exploração de recursos indispensáveis aos empreendimentos aí plantados.

Ao invés disso, e da repetição monótona de acidentes físicos, tão caros aos planejadores tecnocráticos, um mapeamento elaborado a partir da sociedade civil, mesmo utilizando dados oficiais, poderia, de acordo com o autor, conter o sistema de relações sociais prevalecente, a forma usual de aproveitamento dos recursos da natureza e da dinâmica dos antagonismos que definem o território. Redesenhando dessa forma, o mapa reconstitui significados, evidencia situações conflituais e rompe com a despolitização que caracteriza processos convencionais de zoneamento ecológico-econômico.

Ao imaginar uma “guerra de mapas como símbolo do estado de tensão e beligerância”¹⁸, Almeida aponta e dá ênfase aos elementos que, entrecruzados e combinados, compõem o eixo sobre o qual o campo ambiental vem sendo construído: tensões sociais (manifestadamente conflitivas) em torno do uso de recursos naturais, as quais, de forma obstinada, os aparatos do Estado muitas vezes teimam em desconhecer; o elemento indissociável aos antagonismos, já que presididos por uma lógica que cria mecanismos de controle e forma diferenciadas (nem sempre disfarçadas) de dominação; o poder simbólico de representações que, quando associadas a detentores de poder econômico e político, ordenam o território, delimitam regiões, instituem atos jurídicos.

Pretende-se tratar os conflitos ambientais, aqui tornados objeto de estudo, deste ponto de vista: no âmbito de um campo definido como ambiental, tomado como campo de forças e campo de luta simbólica, onde estão em disputa significados e representações. Nele, a realidade social (ou “socioambiental”) é lida (e construída) por meio de esquemas intelectuais, e os conflitos ambientais, parafraseando Almeida (*Op. cit.*), podem ser traduzidos como uma “guerra de representações”. Da luta simbólica, aí estabelecida num campo de concorrência e competições – representações, percepções do social e sistemas de classificações nunca são elaborações neutras –, estará fazendo parte todo um conjunto de processos de atribuição de significados, que se configuram como formas culturais de apropriação do mundo material e que definem um dado projeto socialmente construído.

¹⁷ ALMEIDA, A. W. *A guerra dos mapas*. São Luís, 1993.

¹⁸ ALMEIDA, A. W. *Op. cit.*, 1993, p.25.

Desencadeados com o objetivo, explicitado ou não, de alterar a relação de forças que estrutura o espaço social num dado momento¹⁹, esses conflitos envolvem sujeitos políticos desigualmente dotados também dos instrumentos de produção simbólica – os instrumentos de representação do mundo. Conceitos, programas, avaliações e análises técnicas são instrumentos de intervenção política e, simultaneamente, instrumentos de uma dada forma de perceber e expressar o mundo. E, se a disputa se dá no campo simbólico, os produtores de símbolos, legitimizados e reconhecidos como tal, ocupam uma posição privilegiada já que detêm o discurso autorizado. A probabilidade de ganhos no campo da disputa, então, poderá ser tanto maior quanto mais próximos estiverem os sujeitos políticos do lugar em que esses instrumentos simbólicos de poder são gerados.

Por outro lado, a legitimidade e, por conseguinte, a eficácia de uma dada representação dependem da capacidade dos respectivos sujeitos políticos em fazer ver e fazer crer – fazer reconhecer – lógica e valores, eles mesmos componentes de um dado sistema de crenças e significações. O meio ambiente é uma dessas categorias em disputa.

Considerações finais

O propósito deste artigo e das discussões que nele se pretendeu estabelecer esteve ancorado na concepção segundo a qual espaços materiais ou geográficos, ainda que supunham uma base física, sempre são construídos pelas relações sociais, pela memória e pela cultura. Significar é produzir sentidos, classificações e ordenações, nestes casos referenciados à forma pela qual os grupos humanos, simbólica e materialmente, se apropriam dos elementos que compõem a base material da sociedade. O meio ambiente é, assim, um território de luta, não se inscrevendo, necessariamente, no terreno das universalidades categoriais remissivas ao

consenso. Grupos sociais diferentes constroem diferentes concepções: mares, lagoas, rios, montes, paisagens variam socialmente falando, porque são diferentes as formas pelas quais são simbolizados e apropriados.

Os conflitos em torno da questão ambiental vão além da materialidade do meio e se dão no interior de campos de forças, no bojo dos quais os sujeitos sociais procuram preservar seu próprio projeto cultural de construção do mundo. E é porque conferem diferentes significações a objetos e experiências da própria vida social e cultural, que a questão ambiental assume uma dimensão conflitiva. Meio ambiente, sociedade, natureza, sustentabilidade são noções construídas, apropriadas e simbolizadas de acordo com a cultura à qual estão referidas e cujo reconhecimento e aceitação pelos grupos dependem da crença na legitimidade de seu uso. Estão referidas a processos reais, a redes de relações e, longe de serem abstraídas das próprias condições objetividade, historicamente produzidas, definem o modo de apropriação dos recursos territorializados e a dinâmica dos antagonismos e dos confrontos. Os conflitos, por conseguinte, são produzidos pelas diferentes visões de mundo existentes no espaço social, concepções ancoradas em representações e simbolizações diferenciadas sobre sociedade e natureza, construídas e partilhadas pelos homens em questão.

No campo ambiental os agentes interativos estão desigualmente armados já que detentores de instrumentos políticos, econômicos e simbólicos desiguais; ou seja, de que no espaço social onde se dão os embates, agentes, instituições estão dotados de possibilidades diferenciadas de fazer valer suas respectivas visões de mundo e dos “ambientes”. No caso dos conflitos ambientais, não estão em disputa apenas a conservação dos recursos naturais ou o “equilíbrio” dos ecossistemas; estão em jogo sim, as formas de apropriação de territórios associados a distintos “ambientes”, construções simbólicas da diversidade de sujeitos que constituem o espaço social.

¹⁹ Lembre-se de Bourdieu, quando diz que toda análise de luta política deve levar em conta “as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital”. BOURDIEU, *op. cit.*, 1989, p. 163.

Referências

- ACSELRAD, H. *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro, IBASE, 1992.
- _____. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a.
- _____. *Conflito social e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b.
- ALMEIDA, A. W. *A guerra dos mapas*. São Luís, 1993.
- ANSART, P. *Les sociologies contemporaines*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.
- BOURDIEU, P. Espace social et espace symbolique In: *Raison Pratique*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre prática e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CORBIN, Alain. *O território do vazio – a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- COSER, Lewis. *Continuities in the study of social conflict*. New York: The Free Press/Collier-Macmillan, 1967. 272p.
- FABIANI, J. L. L'opposition a la chasse et l'affrontement des représentations de la nature. In: *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Paris, p. 81-84, 1983.
- FUKS, Mario. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro – ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- ROGER, Alain. *Court traité du paysage*. Paris: Gallimard, 1997.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia. Das letras, 1996.
- SIMMEL, G. The sociological nature of conflict. In: *Conflict & The web of group-affiliations*. New York: The Free Press, 1964.
- TOURAINÉ, Alain. *Production de la société*. Paris: Éditions du Seuil, 1973. p. 347-89.
- VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. O ambientalismo no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: SEMINÁRIO DIRETRIZES DE AÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE NO BRASIL. *Anais...* Brasília, 1994.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

Recebido em 6 de março de 2009.

Aceito em 13 de agosto de 2009.

Publicado em dezembro de 2009.